

Ceará desviou recursos do Suds em 88

FORTALEZA — Os recursos do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (Suds) foram desviados pela Secretaria de Saúde do Ceará para compra de videocassetes, veículos de luxo, peças para motocicletas e até ervas para chá. É o que consta no relatório feito pela auditoria do Ministério da Previdência, na prestação de contas do programa no Ceará, compreendendo o período de 21 de novembro a 9 de dezembro de 1988. Assinado pelo analista de finanças e controle do ministério, José Santos Pereira, e pelo coordenador do programa, Elson Rodrigues Coelho, o documento mostra ainda que a Secretaria de Saúde construiu, através da Superintendência de Obras do Estado do Ceará (Soec), um prédio anexo a sua sede, com recursos do convênio no valor de NCz\$ 15,3 milhões, sem a licitação prévia.

A denúncia foi feita pelo deputado estadual Franze Moraes, líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa, que distribuiu cópia do documento entre vários parlamentares. Com isso o deputado espera não haver desmentido por parte do secretário de Saúde, Marco Pernaforde, a exemplo do que ocorreu há oito meses quando denún-

cias semelhantes foram feitas pelo deputado Jarbas Bezerra, depois ameaçado de processo pelo secretário de Saúde. “Concluimos pela impossibilidade de uma avaliação quanto ao cumprimento e alcance dos objetivos estabelecidos nos convênios e termos aditivos firmados”, finaliza o relatório ao sugerir o encaminhamento do documento às autoridades competentes para adoção das providências julgadas cabíveis.

Irregularidades — Na auditoria, que teve como objetivo examinar a operacionalização do convênio Suds com o Ceará, quanto à liberação dos recursos no período de novembro a dezembro do ano passado, constata ainda que várias despesas não se enquadram nas atividades do Suds. É o caso, por exemplo, da compra de nove veículos, sendo quatro *pick-ups* D-20 luxo, todos da marca Chevrolet, ano de fabricação 88, no valor de NCz\$ 18,4 milhões, “com justificativas insuficientes e insatisfatórias quando do julgamento desses processos”.

O documento arrola ainda, como despesas em desacordo com o convênio Suds, o pagamento de

pessoal envolvido no programa de ações permanentes de combate às secas, em 1987, no valor de NCz\$ 13,6 milhões, taxa de administração de 10% em diversos contratos no valor de NCz\$ 266,5 milhões, relativos ao período de janeiro a setembro de 88; aluguel de veículos para transporte entre diversos órgãos da Secretaria de Saúde; aquisição de aparelhos de videocassete; assessoramento técnico à Fundação de Desenvolvimento de Administração, conforme contrato de 16 de dezembro de 1987, no valor de NCz\$ 10,1 milhões, e aquisição de ervas para chá no período compreendido entre abril e julho do ano passado.

A malversação dos recursos do Suds foi ainda verificada no pagamento de 18.480 funcionários em caráter permanente, além do pagamento da isonomia salarial entre funcionários que fazem o serviço de saúde no estado.

“Entendemos que o pagamento de isonomia deveria fundamentar-se em lei autorizativa, uma vez que onera os cofres públicos, aumentando as despesas da União”, diz ainda o documento.